

Criado Grupo Nacional de Trabalho sobre Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique

● Moçambique conta desde ontem, quarta-feira, 24 de Novembro, com um Grupo Nacional sobre Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos, entidade que será responsável pela implementação efectiva e eficaz dos Princípios Voluntários, melhorando o envolvimento e a coordenação das partes interessadas. O Grupo Nacional de Trabalho foi estabelecida na mesa-redonda organizada pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, em seguimento das recomendações saídas do evento organizado pelas duas instituições em Julho último.



O Grupo Nacional de Trabalho integra (1) Governo, representado pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério dos Recursos Minerais e Energia, Ministério da Agricultura e Desenvolvi-

to Rural, Ministério da Terra e Ambiente, Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, e Ministério da Indústria e Comércio; (2) Organismos multilaterais - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comité Internacional da Cruz Vermelha, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH);

(3) Sociedade Civil - representado pelo CDD (será responsável pelo Secretariado do Grupo, juntamente com a Direcção Nacionais dos Direitos Humanos e Cidadania); (4) Sector privado (que deverá indicar os seus representantes).

Além de advogar pela adesão de Moçambique aos Princípios Voluntários, o Grupo

Nacional de Trabalho vai realizar acções concretas e extensivas junto do sector privado internacional, no sentido de assegurar que no âmbito da realização das suas actividades de manutenção da segurança garanta a protecção e o respeito dos direitos humanos das comunidades. As actividades de campo do Grupo Nacional de Trabalho sobre Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos deverão iniciar em Março do próximo ano.

“Um grupo nacional de trabalho sobre Princípios Voluntários pode fornecer um enfoque específico em questões de segurança e direitos humanos no sector extractivo. Pode também garantir a coerência com outras iniciativas relevantes no campo de negócios e direitos humanos, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, na área de governação do sector extrativo, como a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva”, destacou Alan Bryden, representante do Geneva Center for Security Sector Governance (DCAF).

O DCAF é uma fundação internacional comprometida com a boa governação do sector de segurança e que apoia os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos há mais de 10 anos. Alan Bryden destacou a importância do estabelecimento do Grupo Nacional de Trabalho que tenha uma ampla base de representação, desde ministérios, instituições-chave de direitos humanos, sector privado, organizações da sociedade civil, representações diplomáticas e organizações multilaterais comprometidas com o desenvolvimento de segurança e respeito pelos direitos humanos.

“É preciso formar as forças governamentais e as forças de segurança das empresas em Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. A monitoria é uma ferramenta muito importante na implementação dos Princípios Voluntários. É importante ligar o progresso a nível nacional sobre a implementação dos Princípios Voluntários com acções concretas no terreno. Este é um processo de construção de confiança. O processo de socialização e capacitação deve ser replicado a muitos níveis”, defendeu Alan Bryden.

Falando em representação da Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Justino Tonela defendeu que as instituições de Estado estão engajadas em reforçar o respeito e protecção dos direitos humanos nas comunidades onde ocorre a exploração de recursos naturais. “O diálogo que iniciamos sobre os Princípios Voluntários baseou-se nos desafios que enfrentamos na protecção e promoção dos direitos humanos, sobretudo a responsabilidade corporativa das empresas. O Ministério da Justiça defende a adesão de Moçambique aos Princípios Voluntários e aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.



Alan Bryden, DCAF



Edson Chichongue, ACIS



Justino Tonela, Ministério da Justiça



Aníbal Fernando, Ministério da Defesa Nacional

O Ministério da Defesa Nacional esteve representado pelo General Aníbal Fernando. “Às vezes a actuação das nossas forças, sobretudo o uso desproporcional de força, acaba violando os direitos das comunidades de Cabo Delgado. Mas sempre que isso acontece nós reagimos prontamente para corrigir. A nossa actuação é sempre no sentido de respeitar os princípios constitucionais e outros plasmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos”, defendeu o General Aníbal Fernando.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), parceira do CDD na iniciativa dos Princípios Voluntários, fez saber que tem estado a constatar alguma tensão entre as forças governamentais e as forças de segurança das empresas que exploram gás em Cabo Delgado. “Como Comissão Nacional de Direitos Humanos, estamos a intervir para resolver o problema”, disse Luís Bitone, Presidente da CNDH.

Ainda assim, Bitone fez notar que é difícil falar de direitos humanos em Moçambique

num contexto em que a exploração de recursos naturais está sendo feita de forma intensa. “A Total tem uma unidade responsável pela implementação dos Princípios Voluntários na actuação da empresa. Seria importante que todas as empresas de exploração de recursos naturais adoptassem os Princípios Voluntários”.

O sector esteve representado pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e pela Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS). “Há um

entendimento por partes das empresas de que boas práticas de direitos humanos promovem uma harmonia na relação com os trabalhadores e com as comunidades. Hoje é consensual que fazer negócios passa necessariamente por construir uma boa relação de confiança com as comunidades. Ao nível da ACIS, há empresas que estão a trabalhar na implementação de normas que visam a protecção dos direitos humanos”, explicou Edson Chichongue, director executivo da ACIS.

Já o representante da CTA defendeu que

devido à situação de insegurança pública que se vive em Moçambique, o sector privado decidiu criar um pelouro de segurança para reforçar o diálogo com o Governo. Os empresários compreendem que para que haja uma aceitação social dos projectos de exploração de recursos naturais é fundamental que os investimentos neste sector contribuam para o desenvolvimento do País, para a melhoria da governação, e para o respeito pelos direitos humanos e bem-estar dos cidadãos.

Reino Unido olha para os Princípios Voluntários como uma ferramenta de promoção de direitos humanos

O Governo do Reino Unido é um dos membros fundadores dos Princípios Voluntários, uma iniciativa que tem como objectivo colocar o Governo, o sector privado e a sociedade civil a trabalharem juntos para minimizar os riscos de abusos de direitos humanos e a ocorrência de incidentes relacionados com a segurança nas comunidades, bem como promover boas práticas de responsabilidade social corporativa.

A Vice - Alta – Comissária Britânica em Moçambique, Alexandra Sheppard, explicou que o Reino Unido e Moçambique têm estado a trabalhar juntos na iniciativa dos Princípios Voluntários para engajar as empresas envolvidas na exploração de recursos naturais em matérias relacionadas com os direitos humanos. Em 2019, o embaixador de Direitos Humanos do Reino Unido viajou para Moçambique onde manteve encontros com empresas que trabalham na implementação de Princípios Voluntários no sector extractivo.

Nos primeiros três meses deste ano, o Governo do Reino Unido trabalhou com o CDD num projecto que visava aumentar a consciencialização sobre a importância dos Princípios Voluntários para Moçambique, partilhar as melhores práticas internacionais



Alexandra Sheppard, Alto Comissariado Britânico em Moçambique

e delinear passos seguintes para fortalecer a sua implementação em Cabo Delgado e no País em geral. Trata-se de um projecto que assegurou o envolvimento do Governo, de par-

ceiros internacionais, de especialistas e todas as partes interessadas, incluindo empresas operadoras e subcontratadas da indústria do petróleo e gás.

“A adesão de Moçambique aos Princípios Voluntários terá que ser complementada com um esforço nacional para melhorar o ambiente dos direitos humanos”, Alex Vines, Chatham House

Em Julho último, o Alto-Comissariado Britânico em Moçambique anunciou que a Chatham House, um reputado instituto de estudos internacionais baseado em Londres, iria lançar uma nota informativa sobre os Princípios Voluntários e sua relevância para Moçambique, além de providenciar uma base de discussão para o Grupo Nacional de Trabalho. O estudo foi apresentado ontem



pelo pesquisador Alex Vines, na mesa-redonda organizada pelo CDD, em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Alex Vines começou por lembrar que Moçambique foi o primeiro País africano a iniciar os trabalhos de um plano nacional de acção sobre Negócios e Direitos Humanos, como uma iniciativa conjunta entre Gover-

no e sociedade civil, em 2013. “Moçambique tem mais uma oportunidade de mostrar liderança através da adesão aos Princípios Voluntários, tornando-se assim no segundo Estado africano, depois do Gana”. Em todo mundo, apenas 10 Estados aderiram e tornaram-se membros da Iniciativa dos Princípios Voluntários, nomeadamente Argentina, Austrália, Canadá, Colômbia, Gana, Países Baixos, Noruega, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA).

Além de Estados, a lista inclui outros membros, designadamente 33 empresas internacionais, 14 organizações não-governamentais e nove (9) observadores (a maioria organismos internacionais). Pelo menos seis multinacionais que operam em Moçambique já aderiram aos Princípios Voluntários, nomeadamente a ExxonMobil, Galp, TotalEnergies, Shell, BP, Vale e a BHP Billiton. A italiana Eni e britânica Gemfields estão em vias de aderir como membros corporativos.

Alex Vines alertou que a adesão unilateral de empresas aos Princípios Voluntários pode trazer benefícios como uma gestão de segurança melhorada e uma licença social das operações, mas sem a liderança abrangente do Governo é provável que estas vantagens fiquem em pequena escala e inconsistentes. “O compromisso do Governo com os Princípios Voluntários e o seu engajamento como membro da Iniciativa dos Princípios Voluntários permite que haja cooperação e coordenação entre as partes interessadas, bem como acesso às lições aprendidas e às experiências e apoio de uma rede transnacional”.

O pesquisador defendeu que a monitoria e responsabilização entre as partes é funda-



Alex Vines

mental para apoiar a adesão aos Princípios Voluntários. “Isso exigirá uma abertura no que respeita a reportagens livres e jornalismo crítico, transparência na tomada de decisões e melhoramento dos mecanismos domésticos de fiscalização”. Alex Vines reconheceu que, embora necessária, a adesão do Governo aos Princípios Voluntários não é suficiente para mudar a trajetória do sector extractivo em Moçambique.

“A adesão (de Moçambique) terá que ser complementada com um esforço nacional mais amplo, liderado pelo Governo, para


melhorar o ambiente dos direitos humanos, incluindo a priorização da educação em direitos humanos da população, instituições do Estado e forças de segurança, e a implementação de programas nacionais de formação para combater os padrões enraizados de corrupção e abusos. A implementação efectiva dos Princípios Voluntários não será fácil. Não será um acontecimento único, mas sim um processo. Um processo que requer um foco sustentado e uma vontade de procurar maior transparência e diálogo entre o Governo, o sector empresarial e a sociedade civil”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

